

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO PARA A ÁREA DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Prova de Conhecimentos

Esta Prova de Conhecimentos é constituída por dois grupos:

Grupo I – Enquadramento Geral – Questões de Desenvolvimento

Grupo II – Enquadramento Específico – Questões de escolha múltipla

As fotocópias dos Diários da República que poderá consultar, **não podem conter quaisquer anotações**. Os membros do júri presentes na sala irão, no decorrer da prova, verificar a legislação trazida pelos candidatos. A prova será imediatamente anulada aos candidatos que tenham na sua posse a legislação anotada.

Serão facultadas folhas para resolução da prova, as quais terão cabeçalho destacável, a fim de manter o anonimato das mesmas.

Durante a prova, em cima da mesa, apenas poderá ter o presente enunciado da prova, folhas de resolução da prova, a caneta, a legislação e o BI/CC.

A prova de conhecimentos tem a duração de 90 minutos.

Boa sorte!

A prova terá uma escala de 0 a 20.

Grupo I (das 6 questões serão sorteadas 2)

Grupo I – Enquadramento Geral – Questões de Desenvolvimento

Para cada questão identifique a resposta mais completa ou a correta.

Cada questão tem um valor de 5 pontos.

1. Tendo como suporte os Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa, enumere os órgãos de governo que nele estão previstos e com base nas suas competências trace, em breves palavras, o perfil de cada um deles.
2. Com base no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RGIES) indique, sucintamente, aspetos comuns e divergentes entre o ensino superior politécnico e o ensino superior universitário, justificando na lei a sua resposta.
3. Tendo como base o Código do Procedimento Administrativo (CPA), descreva por palavras suas o que entende por: ato administrativo; procedimento administrativo; processo administrativo e órgãos da Administração Pública, justificando com a legislação aplicável.
4. Identifique quais são os órgãos de Governo do IPL e indique, à luz do Código do Procedimento Administrativo, quais os considerados colegiais e porquê? Justifique com a legislação aplicável.
5. Identifique os tipos de autonomias que gozam as instituições de ensino superior público e descreva por palavras suas cada uma delas. Justifique com a legislação aplicável.
6. Descreva por palavras suas as competências funcionais do Departamento de Gestão de Recursos Humanos dos Serviços da Presidência do IPL, justificando com a legislação aplicável.

Grupo II (das 24 questões serão sorteadas 8)

Grupo II – Enquadramento Específico – Questões de Escolha múltipla

Cada questão tem um valor de 1,25 pontos.

Questão 1

Segundo a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o dever de consiste em conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções de acordo com os objetivos que tenham sido fixados e utilizando as competências que tenham sido consideradas adequadas.

- a) Imparcialidade;
- b) assiduidade;
- c) zelo;
- d) lealdade.

Questão 2

Os professores adjuntos são contratados em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com um período experimental de:

- a) 1 ano;
- b) 5 anos;
- c) 6 anos;
- d) Não têm período experimental.

Questão 3

Qual é a plataforma fixa definida, para o período da manhã, no regime de horário flexível aplicado aos trabalhadores não docentes do IPL:

- a) 8h – 10h;
- b) 10h-13h;
- c) 10h-12h;
- d) Não tem plataforma fixa.

Questão 4

Os professores convidados podem ser contratados em regime de tempo integral?

- a) Não;
- b) Sim, a título excepcional e, nesse caso o contrato inicial e as suas renovações não podem ter a duração superior a 4 anos;
- c) Sim, a título excepcional e, nesse caso o contrato inicial e as suas renovações não podem ter a duração superior a 3 anos;
- d) Sim, a título excepcional e, nesse caso o contrato inicial tem sempre de começar no primeiro dia do ano.

Questão 5

Os docentes do IPL que prestem serviço em tempo integral, sem exclusividade podem acumular funções docentes noutra estabelecimento de ensino superior até ao máximo de quantas horas letivas semanais?

- a) 9;
- b) 8;
- c) 7;
- d) 6.

Questão 6

Os professores aposentados, reformados e jubilados:

- a) Não podem ser orientadores de dissertações de mestrado;
- b) Não podem ser orientadores de teses de doutoramento;
- c) Podem ser orientadores de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento;
- d) Podem ser orientadores de dissertações de mestrado.

Questão 7

Considera-se serviço docente noturno o que for prestado para além das:

- a) 18 horas;
- b) 20 horas;
- c) 22 horas;
- d) Não é possível fazer serviço docente noturno.

Questão 8

Durante quantos dias decorre o período experimental de um contrato em funções públicas a termo resolutivo certo com a duração de 5 meses?

- a) 5 dias;
- b) 10 dias;
- c) 15 dias;
- d) 20 dias.

Questão 9

Quantos meses após a recusa de acordo do órgão ou serviço de origem, numa situação de mobilidade relativa ao mesmo trabalhador, é dispensado o acordo do órgão ou serviço de origem do trabalhador?

- a) 2 meses;
- b) 3 meses;
- c) 5 meses;
- d) 6 meses.

Questão 10

Quando ocorre um acidente em serviço, o trabalhador, por si ou interposta pessoa, deve participá-lo, por escrito ou verbalmente:

- a) No prazo de dois dias úteis ao respetivo superior hierárquico, salvo se este o tiver presenciado;
- b) No prazo de três dias úteis ao respetivo superior hierárquico, salvo se este o tiver presenciado;
- c) No prazo de dois dias úteis ao respetivo superior hierárquico, mesmo que este o tiver presenciado;
- d) Não precisa de participar, quando voltar ao serviço após o acidente informa o mesmo.

Questão 11

As faltas podem ser justificadas ou injustificadas. São consideradas faltas justificadas:

- a) As dadas por conta do período de férias;
- b) A motivada pela prestação de assistência adiável e prescindível a filho, a neto ou a membro do agregado familiar do trabalhador;
- c) As motivadas por deslocação a estabelecimento de ensino de responsável pela educação de menor por motivo da situação educativa deste, pelo tempo estritamente necessário, até oito horas por trimestre, por cada menor;
- d) As motivadas pela necessidade de tratamento ambulatorio, realização de consultas médicas e exames complementares de diagnóstico, que possam efetuar-se fora do período normal de trabalho.

Questão 12

Todos os trabalhadores são disciplinarmente responsáveis perante os seus superiores hierárquicos. Um trabalhador que não use de correção para com os superiores hierárquicos, subordinados ou colegas ou para com o público, fica sujeito a que sanção disciplinar?

- a) A sanção de repreensão escrita;
- b) A sanção de multa;
- c) A sanção de suspensão;
- d) A sanção de despedimento disciplinar;
- e) Nenhuma das anteriores.

Questão 13

O que é o trabalho suplementar?

- a) Considera-se trabalho suplementar todo aquele que é prestado fora do período normal de trabalho;
- b) Considera-se trabalho suplementar todo aquele que é prestado a partir das 20h;
- c) Considera-se trabalho suplementar todo aquele que é prestado a partir das 22h;
- d) Considera-se trabalho suplementar todo aquele que é prestado durante o período normal de trabalho.

Questão 14

Em que prazo devem as faltas por acidente em serviço ser justificadas:

- a) No prazo de cinco dias úteis, a contar do 1.º dia de ausência ao serviço;
- b) No prazo de cinco dias úteis, a contar do 2º dia de ausência ao serviço;
- c) No prazo de cinco dias úteis, a contar da primeira ida ao médico;
- d) No prazo de dois dias úteis, a contar da segunda ida ao médico.

Questão 15

Nos casos em que se verifique incapacidade permanente ou morte, a quem compete a avaliação e a reparação nos termos previstos do diploma nº 503/99 de 20 de novembro?

- a) ADSE;
- b) Caixa Geral de Aposentações;
- c) Segurança Social;
- d) Não compete a ninguém.

Questão 16

Qual é o artigo do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior (ECPDESP) que prevê a contratação de professores aposentados ou reformados?

- a) 40º;
- b) 41º;
- c) 42º;
- d) Não é possível a contratação de professores aposentados ou reformados.

Questão 17

Qual a percentagem mínima e máxima de tempo para a contratação dos monitores?

- a) Os monitores são contratados a termo certo e em regime de tempo parcial, entre um mínimo de 40% e um máximo de 70%;
- b) Os monitores são contratados a termo certo e em regime de tempo parcial, entre um mínimo de 50% e um máximo de 80%;
- c) Os monitores são contratados a termo certo e em regime de tempo integral, entre um mínimo de 40% e um máximo de 70%;
- d) Os monitores são contratados a termo certo e em regime de tempo integral, entre um mínimo de 50% e um máximo de 80%.

Questão 18

No termo do exercício de funções de direção nas instituições de ensino superior ou das funções mencionadas no n.º 1 do artigo 41.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) por período continuado igual ou superior a três anos, o pessoal docente tem direito a uma dispensa de serviço por:

- a) um período com duração não inferior a seis meses nem superior a um ano;
- b) um período com duração não inferior a três meses nem superior a 6 meses;
- c) um período com duração não inferior a 1 ano nem superior a 2 anos;
- d) um período com duração não inferior a seis meses nem superior a 2 anos.

Questão 19

A tolerância de ponto diária nas entradas, no horário desfasado tem até quantos minutos no máximo:

- a) Até ao máximo de 10 minutos, sujeito a compensação no próprio dia, excepcionalmente quando não o seja possível ao trabalhador na própria semana em que ocorra o atraso;
- b) Até ao máximo de 30 minutos, sujeito a compensação no próprio dia, excepcionalmente quando não o seja possível ao trabalhador na própria semana em que ocorra o atraso;
- c) Até ao máximo de 30 minutos, sujeito a compensação no dia a seguir;
- d) Não é possível compensar.

Questão 20

Determinado trabalhador marcou as suas férias para o mês de junho, para poder exercer a atividade de tirador de cortiça, sem efetuar o respetivo pedido de acumulação de funções. Esta situação pode dar origem a que consequências:

- a) Nenhuma, pois o trabalhador é livre de exercer qualquer atividade durante as suas férias;
- b) Pode dar origem a responsabilidade disciplinar com sanção de suspensão;
- c) Pode dar origem a responsabilidade disciplinar com sanção de multa;
- d) Pode dar origem a responsabilidade disciplinar com sanção de suspensão, e ao direito do empregador publico de reaver a remuneração correspondente a férias e ao respetivo subsídio.

Questão 21

O dever de obediência consiste em acatar e cumprir as ordens dos legítimos superiores hierárquicos, dadas em objeto de serviço e com a forma legal. Sempre que o cumprimento das ordens ou instruções implique a prática de qualquer crime, o trabalhador deve:

- a) Cumprir a ordem dada, reclamando posteriormente da mesma;
- b) Reclamar da ordem dada, pedindo a sua transmissão ou confirmação por escrito;
- c) Não cumprir a ordem dada, porque cessa o dever de obediência;
- d) Cumprir a ordem dada, se a mesma for emanada pelo Dirigente máximo do serviço.

Questão 22

Determinado trabalhador já gozou todo o período de férias do próprio ano a que tinha direito. Necessitando de faltar nos dias 15, 16 e 17 de outubro, pode fazê-lo por conta do período de férias do ano seguinte?

- a) Pode, pois não existe qualquer restrição ao gozo de férias do ano seguinte;
- b) Pode, desde que comunique com a antecedência mínima de 24 horas;
- c) Pode, desde que comunique com a antecedência mínima de 24 horas ou, se não for possível, no próprio dia;
- d) Não pode.

Questão 23

Cumprindo um dos principais deveres gerais do empregador público e do trabalhador, ambos devem:

- a) Colaborar na obtenção da qualidade do serviço e da produtividade, assim como na promoção humana, profissional e social do trabalhador;
- b) Colaborar na obtenção da qualidade e do lucro, na divulgação externa da imagem do serviço, bem como no aperfeiçoamento humano, profissional e social do trabalhador;
- c) Colaborar na obtenção da excelência dos produtos finais da instituição, bem como na formação humana e profissional do trabalhador;
- d) Colaborar na obtenção da qualidade, da produtividade e do lucro da instituição, assim como na excelência do trabalhador.

Questão 24

Sem prejuízo de outras obrigações, o empregador público deve:

- a) Fornecer ao trabalhador a informação e a formação adequadas à prevenção de riscos de acidente e doença;
- b) Adotar, no que se refere à segurança e saúde no trabalho, as medidas que decorram, para o órgão ou serviço ou para a atividade, da aplicação das prescrições legais e convencionais vigentes;
- c) Prevenir riscos e doenças profissionais, tendo em conta a proteção da segurança e saúde do trabalhador, devendo indemnizá-lo dos prejuízos resultantes de acidentes de trabalho;
- d) Todas as afirmações anteriores estão corretas.

FIM